

A historiografia como discurso fundador: reflexões em torno de um *Programma* histórico¹

Erivan Cassiano Karvat*

Os termos da história: A história, entre nomes e discursos

As perspectivas históricas são variáveis como as sombras.
Francisco Iglésias

A história é uma disciplina de interpretação
Michel Pechêux

De uma maneira geral, os estudos de caráter historiográfico, se comparados com outras áreas de especialização e atuação dos historiadores, parecem incipientes no Brasil. Ainda que não caiba aqui, no espaço deste texto, um aprofundamento dos porquês deste “aparente” desinteresse por parte dos historiadores², nos cabe, sim, esclarecer o *sentido* aqui utilizado, quanto ao uso do termo historiografia acima referido e por nós utilizado ao longo desta reflexão.

¹ Este trabalho é resultado das leituras e discussões realizadas na disciplina de Estudos Avançados: Análise do Discurso - ministrada pelo prof. Euclides Marchi - e de Seminários de Tese I e II, ministradas pelo Prof. Antônio César, junto ao Programa de Pós-Graduação em História- UFPR, realizadas ao longo de 2003 e 2004.

* Doutorando em História- UFPR, com o projeto intitulado Histórias Setecentistas: concepções de história, historiografia e recepção de textos históricos do século XVIII.

Professor de Teoria da História e Historiografia Brasileira- UTP

² Sobre a produção historiográfica recente, cf. FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história no Brasil* (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica. vol.1. Ouro Preto: UFOP, 1992.

Concordando com a “equação” de Keith Jenkins³, da necessidade de diferenciarmos passado e história (o que implica, entendemos, em se retirar da narrativa histórica ou, num sentido mais alargado, dos textos históricos de uma forma em geral, um certo “naturalismo”⁴ que, historicamente, foi sendo agregado a estes mesmos textos e que passou a caracterizá-los, dando-lhes uma forma “própria”), faz-se necessário frisar o aspecto histórico e historiográfico de todo texto da história.

Ainda que radicalizando a equação e considerando que toda história é discurso, cabe lembrar – sempre – que toda história decorre da reflexão, caracterizando-se como produto de conhecimento. Sendo assim, tudo aquilo que sabemos sobre o passado, ou tudo aquilo que enunciamos acerca deste passado, resulta de um exercício proposto sempre e no próprio presente e desta maneira suscetível a este mesmo presente: afeito as suas questões, métodos, orientações e representações. É portanto a história, e como queria Lucien Febvre, filha de seu tempo. Dessa forma, todo conhecimento do passado é mediado pelo próprio presente e é a este conhecimento e seus resultados, ou à materialização deste conhecimento, apresentado na forma dos “textos dos historiadores”, que denominamos de historiografia.

Assim, toda história resulta da interpretação do historiador, apresentando-se, conforme nos diz Jenkins, como um *constructo lingüístico intertextual*, permitindo-nos logo dizer, que toda história é historiografia, pois toda história deriva da “escrita” do historiador.

Nestes termos, a discussão historiográfica – muitas vezes evitada pelos historiadores – deveria se constituir num exercício permanente junto às reflexões e atividades dos estudiosos da história. Se o passado somente pode ser apreendido através do “ofício dos historiadores”, faz-se

³ KEITH, Jenkins *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001. P. 24.

⁴ Cabe lembrar que o Naturalismo, no século XIX, buscava reproduzir a realidade com objetividade perfeita. Cf. MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1974. p. 355-357.

necessário refletir rotineiramente sobre tal ofício, bem como sobre seus principais encaminhamentos, problemas e, principalmente, seus resultados.

Assim como a palavra história apresenta diferentes significados, historiografia é também vocábulo polissêmico. Além de exprimir o resultado do trabalho do historiador, materializado no próprio texto, significa ainda a própria faina da pesquisa. Em sentido mais refinado – e que aqui nos interessa mais – a palavra historiografia apresenta-se também como um campo especializado, dentre as demais áreas de atuação dos historiadores, constituindo-se naquela área do conhecimento histórico voltado ao estudo do próprio texto historiográfico.

Respondendo à pergunta “o que é a historiografia?”, diz Carbonell: “Nada mais que a história do discurso – um discurso escrito e que se afirma verdadeiro – que os homens têm sustentado sobre seu passado”.⁵ Neste sentido, “cabe à historiografia” – como área específica ou especializada de atuação dos historiadores – “não uma reflexão sobre a história, enquanto conjunto da produção humana, mas, fundamentalmente, sobre o conhecimento histórico, ou seja, a reflexão sobre a produção dos historiadores ou (...) sobre as obras históricas(...). Vale dizer, o debruçar-se sobre a história-conhecimento.”⁶

Sendo o conhecimento acerca do passado resultante de questões atinentes ao próprio presente e, tributário dos circunstanciamentos históricos postos por este mesmo presente - e lembrando que o historiador é criatura histórica, como observava Sartre - cabe-nos indagar a respeito da própria elaboração deste conhecimento, suas condições e resultados⁷. Em outras palavras: é possível ler um texto

⁵ CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1992. p. 6.

⁶ ARRUDA, J.J. ; TENGARRINHA, J.M. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999. p.11.

⁷ Vale lembrar a observação de Jean-Claude Schmitt: “(...) o historiador, conscientemente ou não, faz para o passado as perguntas que sua própria sociedade lhe dirige. Schmitt, Jean-Claude. *A história dos marginais*. In. LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p.264.

histórico sem contextualizá-lo historicamente? Parece-nos que a compreensão da história implica no questionamento/ estudo *histórico* deste mesmo texto. Historiografia ainda , e assim, significa a história da própria história.

O lugar da enunciação: O século XIX, a historiografia e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente de regras.

Michel Foucault

Comumente o século XIX é apontado como o século da História.⁸ Naquele momento, a história era tornada disciplina autônoma, aparentemente afastando-se da literatura e da filosofia, estabelecendo seus princípios de método. Neste contexto, teve destaque a chamada Escola Metódica, inicialmente criada na Alemanha, na primeira metade dos oitocentos, por obra de Leopold von Ranke e, depois, irradiada e desenvolvida na França, com destaque para G. Monod, Charles Langlois e Charles Seignobos.⁹ Se a pretensão maior destes estudiosos era desenvolver e propagar uma História Científica, destituída de especulações idealistas e metafísicas – tão presentes na reflexão de caráter histórico no século XVIII –, cabe ressaltar que, acima de qualquer outra coisa, o que fundamentava a concepção cientificista oitocentista era uma nova concepção de tempo, oriunda, conseqüentemente, de uma nova consciência histórica.¹⁰ Tal consciência, enfatiza as “diferenças humanas no tempo”, distinguindo e

⁸ IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000. p.40. ; CARBONELL, op. cit., p. 91. Para outra leitura do “século da história”, consultar: HOBSBAWM, E. J. O que os historiadores devem a Karl Marx? In. *Sobre história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p.155-170.

⁹ BOURDÉ, Guy ; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Mem Martins, Portugal: Europa-América, 1990. p.97.

¹⁰ REIS, José Carlos. *A história entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1996. p.5.

principalmente problematizando as relações entre passado, presente e futuro.¹¹ Assim, ao contrário das Filosofias da História do século anterior, “o conhecimento histórico não se assentará mais sobre os elementos *a priori*, será um conhecimento *a posteriori*.”¹² A cultura histórica oitocentista passou a problematizar “de forma cada vez mais intensa a relação entre passado e presente (...) definitivamente separados por uma experiência radical de ruptura”, principalmente “forjada a partir da experiência revolucionária de 1789”.¹³

De acordo com Manoel Luiz Salgado Guimarães,

(...) esta cultura histórica atrela inevitavelmente passado, presente e futuro, remetendo-nos para o passado como lugar por excelência de definição de um sentido original, razão explicativa da própria existência do presente. Por este procedimento que veio a se consagrar após longa e acirrada disputa pela significação do passado, o presente estaria de certa maneira contido no passado de forma prefigurada.¹⁴

Esta nova concepção de tempo, tendia a emancipar a consciência histórica do idealismo, subjacente às concepções de história setecentistas. A partir deste momento – momento “da consciência da diferenciação das dimensões temporais”, conforme aponta José Carlos Reis, “o objeto do historiador é o localizado e datado, o relativo a uma situação espaço-temporal, irrepitível, singular: o evento”.¹⁵ É o próprio apogeu do historicismo:

O historicismo, em seu sentido geral, pode ser caracterizado como uma posição que toma a história como um princípio [...] ele existe como oposição ao pensamento a-histórico e procura introduzir a abordagem histórica em todos os campos da cultura.¹⁶

¹¹ idem, p.6.

¹² idem, p. 7.

¹³ GUIMARÃES, M.L.S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1,1988. p.11.

¹⁴ idem.

¹⁵ REIS, op.cit. p.6.

¹⁶ IGGERS, G. apud REIS, op.cit. p.6. Ver, também, FALCON, F.J.C.

Esta história, de cunho cientificista, contrária às especulações das filosofias racionalistas, mostra-se obcecada pelas questões metodológicas, fomentadoras da idéia de um conhecimento histórico *neutro e objetivo e*, portanto, garantidoras de uma “universalidade epistemológica”.¹⁷ Tal obsessão motivadora da criação, em todo o Ocidente, ao longo do século XIX, de diferentes Institutos de História, como é o caso, por exemplo, do Institut Historique de Paris, criado em 1833, ou do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, ampara e ampara-se numa inegável orientação política. Assim, se século XIX apresenta-se, ou é apresentado, como o século do enaltecimento da cientificidade, vê-se, ainda, neste mesmo século, acaloradas discussões em torno da temática do nacionalismo, percorrendo a cultura ocidental. Logo, a história agora instituída como forma de conhecimento, ou disciplina – apresenta-se atrelada ao debate em torno das questões nacionais, marcando-o e, principalmente, sendo marcada, em seus contornos disciplinares, por este mesmo debate. O século XIX, século das histórias científicas, instaurando uma nova consciência histórica, como falávamos acima, e determinando *aquilo que era* ou *aquilo que se deveria entender por história*, marca – no caso brasileiro – a institucionalização do debate e delineamento de uma proposta de “Nação brasileira”.

Neste quadro, coube ao Instituto histórico e Geográfico Brasileiro o projeto de escrita da história de uma nação em processo de consolidação. O IHGB apresentava-se no “papel de única e legítima instância para escrever a história do Brasil e para trazer à luz o verdadeiro caráter da Nação brasileira. Pode-se mesmo pensar no Instituto Histórico, naquele momento, como o *locus* privilegiado, a partir de onde se “fala” sobre o Brasil”.¹⁸ Este momento, próximo e ao mesmo tempo, diferente do caso europeu, institucionaliza assim uma idéia de história que, através do estabelecimento

“Historicismo”: a atualidade de uma questão aparentemente inatual. *Tempo*, Rio de Janeiro, v.4, 1997. p.5-26.

¹⁷ O termo é usado por REIS, op.cit., p.7.

¹⁸ GUMARÃES, op.cit. p. 13-14.

de um *marco de fundação* para a historiografia nacional, acaba por institucionalizar também uma forma de memória – oficial – acerca do passado e da história, bem como, e consequentemente, da própria historiografia brasileira.

Ainda que o IHGB se inscreva num tempo marcado pelo aparecimento de outros institutos históricos e também pelo uso de um *modelo moderno* de se pensar a história – atrelado a própria constituição científica do conhecimento histórico, no qual se busca promover a distinção entre *faire l'histoire* e *faire de l'histoire*¹⁹ - curiosamente apresenta suas próprias especificidades:

Herdeiro de uma concepção antiga de história, lança-se o Instituto Histórico à tarefa de escrever a gênese da Nação brasileira, preocupação, neste sentido, moderna da historiografia europeia do século XIX. Momento mesmo de passagem, esta historiografia abriga aspectos de uma visão antiga e de uma visão moderna de se pensar história. Utilizando-se categorias próprias da história iluminista, vai-se tentar dar conta da especificidade nacional brasileira em termos da sua identidade e do papel que lhe caberá no conjunto das Nações.²⁰

Vê-se, dessa maneira, esboçar-se um objetivo de caráter moderno – a institucionalização de um projeto da história *nacional* brasileira - com recorrência à um “meio” antigo, através do recurso de um modelo *clássico* de história.

Assim - se a história é o meio imprescindível para a composição da nacionalidade e ainda que o IHGB parta do instrumentos da história e da geografia para a definição do quadro nacional em consolidação – percebe-se a presença de elementos exógenos ao modelo moderno - e cientificista – de história, elementos oriundos da tradição clássica e iluminista, marcantes principalmente na primeira geração, geração fundadora, do IHGB.²¹

Fundamentalmente, o modelo clássico de história atribui um *caráter exemplar* à própria história - geradora de

¹⁹ REIS, op.cit. p. 8

²⁰ GUIMARÃES, op.cit., p.16.

²¹ GUIMARÃES, op.cit.p15.

exemplos úteis para o presente e o futuro - passando, assim, a se configurar numa marcha linear e progressiva, integrando futuro, presente e passado. Em outras palavras, e mantendo a duradoura fórmula de Cícero, a história é concebida como *mestra da vida* (*historia magistra vitae*) garantindo, através dos exemplos tomados no passado, as melhores decisões a serem tomadas no próprio presente e das quais dependem as orientações futuras. Cabe lembrar, apenas, que este modelo pragmático – que serve de suporte para a escrita da história produzida pela geração fundadora do IHGB, foi marcante na cultura ocidental, entre a Renascença e o Iluminismo, nos últimos anos do século XVIII.²²

Além disto, conforme aponta Guimarães, a concepção de história, partilhada pelo IHGB, guarda, concomitantemente à visão pragmática e exemplar, um “nítido sentido teleológico conferindo ao historiador, através de seu ofício, um papel central na condução dos rumos deste fim último da história”.²³

Logo, a historiografia que aqui se institucionaliza desde 1838, com a fundação do IHGB e que pretende dar os contornos da história nacional, contribuindo para forjar a própria identidade nacional - além de estabelecer o cânone e a leitura autorizada em torno da produção anterior ao próprio estabelecimento do Instituto, especificamente em relação ao século XVIII e às academias criadas no Brasil naquele período – procurará na *encruzilhada* de dois diferentes “regimes de historicidade” – clássico e moderno²⁴ – fazer a

²² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós, 1993. ARENDT, Hannah. O conceito de história- antigo e moderno. In. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1988. p.43-68.

²³ GUIMARÃES, op.cit., p.15.

²⁴ KOSELLECK, op.cit. ; HARTOG, François. *Regime de historicidade*. (Texto disponível em <http://www.flch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>); Segundo Dosse, a “noção de regimes de historicidade pode (...) dar conta da pluralidade de maneiras como as comunidades humanas vivem sua relação com o tempo e da maneira como conceberam os diversos recortes do tempo(...)” DOSSE, François. *História e ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2004. p.56.

integração do “velho” e do “novo”, necessidade, quiçá, resultante da própria especificidade da emancipação política brasileira e de suas elites. Far-se-á necessário produzir uma história sem rupturas, inserindo o Brasil no quadro geral das Nações, integrado numa tradição marcadamente iluminista de civilização e progresso.

O documento: O Programma Historico como Discurso Fundador

Um texto é um *bólido* de sentidos
Eni Orlandi

No segundo trimestre de 1839, no segundo número do primeiro tomo da Revista do IHGB, Visconde de São Leopoldo assinava um texto intitulado *Programma Histórico*, e que apresenta, logo abaixo do título, o seguinte comentário: *O Instituto Histórico e Geographico Brasileiro é o representante das idéas de Illustração, que em diferentes épocas se manifestaram em o nosso continente.*

O Visconde de São Leopoldo, ou José Feliciano Fernandes Pinheiro, natural de São Paulo e com formação superior em Cânones, cursado em Coimbra, foi o primeiro presidente do IHGB.²⁵ Parece procedente, portanto, que caiba a ele a fixação do discurso em torno do programa histórico do próprio Instituto.

O *Programma Histórico*, reivindicando um “lugar” junto aos demais representantes das idéas de Illustração, que em diferentes épocas se manifestaram em o nosso continente, apresenta, em linhas gerais, um breve histórico das associações literárias no Brasil setecentista. Comentando, inicialmente, a Sociedade Brasileira dos Academicos Renascidos, criada na Bahia em 1759, o autor traz em anexo à sua dissertação uma cópia dos estatutos da Academia, cópia esta “para ser guardada no archivo do nosso Instituto como monumento histórico”²⁶. Com o mesmo objetivo – “para

²⁵ GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*, v.156, n.380,jul./set.1995. p.477.

²⁶ Para o significado de monumento para a historiografia do séculos

também depositar-se em nosso arquivo” – o autor anexou, ainda, “a compilação dos programmas ou assumptos propostos para as dissertações” que deveriam ser produzidas pelos acadêmicos renascidos.

Continuando sua explanação, Visconde de São Leopoldo, respaldando-se em Rocha Pita, cita com brevidade a fundação da *Academia Brazilica dos Esquecidos* (Bahia, 1724), sobre a qual lamenta a perda da produção, destruída quando era transportada para Portugal – *afim de imprimir-se* -, no incêndio da nau Santa Rosa.

Por fim, são apresentadas as academias fluminenses dos Felizes (1736) e dos Selectos (1752), sendo que a produção da Academia dos Felizes é longamente comentada, dada a importância de suas dissertações, principalmente em relação às ciências naturais e à descrição da fauna e flora brasileiras. Segundo o presidente do IHGB, a Academia dos Felizes exerceria uma *influencia transcendental*, inspirando as produções posteriores:

Esta associação veio a extinguir-se passados annos: felizmente é da índole de taes corporações scientificas sobreviverem pelo gosto que souberam formar e, difundir, e pelo impulso de illustração dado às idéias e propensões, que dura ainda quando ellas já não existem; semelhantes a esses astros luminosos, que deixam longo clarão, mesmo depois de desapparecerm do horizonte sensível ou visual.²⁷

José Feliciano Fernandes Pinheiro, ao enumerar as academias setecentistas, parece querer reivindicar para o IHGB o “lugar”- exclusivo – da produção *illustrada*, então, no século XIX. Alocado agora como “o representante” das idéias de ilustração, o IHGB funda o próprio discurso sobre a história no/do Brasil. Neste sentido, e aqui respaldado pelo documento

XVIII e XIX, ver LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In. *História e memória*. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1992. P. 535-553. Diz o autor: “O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) (...)”. p.536.

²⁷ IHGB. *Programma histórico*. *RIHGB*. Tomo I, n.2, 2.º trimestre de 1839. p. 84

acima comentado, podemos dizer que esta primeira geração do Instituto produziu um *discurso fundador* em torno da História do Brasil, gerando ainda, e talvez, justamente por isto, uma memória da História no Brasil.

Cabe lembrar, com Eni Orlandi, que o discurso fundador “(...) não se apresenta como já definido, mas antes como uma categoria do analista a ser delimitada pelo próprio exercício da análise dos fatos que o constituem (...)”²⁸ Diz ainda a autora que, “em relação à história de um país, os discursos fundadores são discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país”.²⁹ Neste sentido, a historiografia executada pelo Instituto buscou produzir um *sentido* para a história do Brasil, a partir principalmente do Segundo Reinado, *fundando* um passado para a Nação em gestação. Contudo, cabe-nos indagar: Estes discursos funcionam como referência básica no imaginário do país - em relação à sua história - não serviriam, também, estas formações discursivas³⁰ vinculadas ao IHGB, como referência ao próprio exercício de escrita da história no país - à sua historiografia - tornando-se referência a esta mesma historiografia? Não temos neste contexto um processo de constituição da própria memória da historiografia no Brasil, bem como o lançamento das bases de uma memória da própria disciplina histórica?

Conforme aponta o historiador José Honório Rodrigues, em “Teoria da História do Brasil”, se a “intrincada tarefa de distinguir as épocas de nossa história nasce naturalmente com os nossos primeiros livros históricos(...)”, foi justamente com a fundação do IHGB, que se faz sentir a necessidade de um critério e de sua importância” para a periodização da

²⁸ ORLANDI, Eni P. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 2.ed. Campinas: Pontes, 2001. p.7

²⁹ Idem.

³⁰ Este termo define “o que pode ser dito e deve ser dito (articulado sob a forma de uma alocução, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura determinada.” FOUCAULT, M. apud MAINGUENAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3.ed. Campinas: Pontes/ UNICAMP, 1997. p.22.

história do país.³¹

Honório Rodrigues lembra, ainda, que logo na primeira sessão do Instituto, em 1º de dezembro de 1838, Januário da Cunha Barbosa propunha a seguinte questão: “Determinar as verdadeiras épocas da história do Brasil e se esta se deve dividir em antiga ou moderna, ou quais devem ser as suas divisões”.³²

Dentro do mesmo debate, e ainda de acordo com Honório Rodrigues, Cunha Matos publicará na Revista do Instituto, suas dissertações acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Brasil, nas quais propôs três diferentes épocas: 1.ª) relativa aos indígenas; 2.ª) para o período compreendido entre as eras do descobrimento pelos portugueses e a administração colonial e 3.ª), compreendendo todos os acontecimentos nacionais desde a emancipação política.

O debate no IHGB acerca da periodização da história brasileira parece, assim, configurar-se num dos principais temas da sua primeira geração. Contudo, cabe salientar que, concomitantemente à elaboração desta cronologia da história nacional, o IHGB acaba por se institucionalizar, como questionávamos acima, na própria história da história no Brasil como marco divisor desta mesma historiografia, tornando-se parte constitutiva da memória histórica do país. Podemos perceber, ainda hoje, que qualquer cronologia acerca da historiografia brasileira, elenca 1838 como marco periodizador desta história. Como exemplo podemos citar dois trabalhos publicados recentemente e que demonstram este lugar/ o lugar ocupado pelo IHGB na produção da historiografia brasileira.

José Jobson Arruda e José Manuel Tengarrinha, em “Historiografia luso-brasileira em perspectiva”, de 1999, apontam o ano de 1838, com a fundação do IHGB, como a fase da “pré-história da produção histórica no Brasil”. Ainda que se apresente como altamente discutível a denominação para o período – que vai, segundo os autores, até 1930 –

³¹ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*; introdução metodológica. 5.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1978. p. 125.

merece destaque a exaltação do ano de fundação do Instituto como marco periodizador. Segundo a perspectiva dos autores, isto se justifica uma vez “marca o nascimento da organização sistemática da preservação da memória histórica no Brasil”.³³

Outro exemplo do que falávamos: Francisco Iglésias em trabalho póstumo, publicado em 2000, “Historiadores do Brasil”, divide a produção dos textos históricos em três “momentos”: um – primeiro - de 1500 a 1838; o segundo, de 1838 a 1931 e, terceiro, aquele que se inaugura a partir de 1931. Novamente o IHGB comparece como marco fundador.³⁴

Retomando a noção de discurso fundador que, acreditamos, permite refletir acerca do *Programma Historico* em discussão, cabe lembrar, com Eni Orlandi, que tais discursos conjugam noções de *instauração* e *filiação*. Como diz a autora, “no *fundacional* há necessidade de *filiar-se* a uma memória política, legitimar-se, reivindicar a fundação”.³⁵ Neste sentido, é curioso perceber o exercício realizado por Fernandes Pinheiro, atrelando o *Programma* do Instituto às demais associações setecentistas, inspiradas nos moldes das academias européias. O IHGB, filia-se dessa maneira, a este passado, instaurando-se como *o representante das idéas de Ilustração*. O Instituto funda assim, uma nova tradição, atribuindo inclusive – principalmente – “sentido” para aquilo que o antecede, ou seja, atribui “sentido” para o próprio passado, histórico e historiográfico, estabelecendo naquele momento, através da elaboração de sua memória, a própria memória da história da nação.

Segundo Orlandi, “[o] que o caracteriza como fundador (...) é que ele cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra (...). Instala-se outra “tradição” de sentidos nesse lugar (...) Instala-se uma nova filiação. Esse dizer irrompe no processo significativo da tal modo que pelo seu próprio surgir produz sua memória”.³⁶

³² RIHGB, t.1, 2.ed., 1856, p.57 apud Rodrigues, op.cit., p.125.

³³ ARRUDA ; TENGARRINHA, op.cit., p. 33.

³⁴ IGLÉSIAS, Francisco. op. cit.

³⁵ ORLANDI, op. cit., p. 13.

³⁶ idem.

Filiando-se ao passado *illustrado* das academias setecentistas, o IHGB acaba por firmar seu próprio lugar, legitimando este mesmo lugar ao mesmo tempo que parece dar sentido ao próprio passado ao qual se filia. Neste exercício de “instauração de uma nova ordem de sentidos”, que nos permite caracterizar o *Programma* como um discurso fundador, faz-se revelador a articulação *filial* com o passado aludido pelo texto programático. Mais do que o estabelecimento de uma ordem meramente causal, cronológica ou factual, o que se observa é a elaboração de uma *leitura teleológica* da história, uma vez que para definir-se o lugar do Instituto – *como o representante das idéas de ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em o nosso continente* – articula-se todo passado em função do momento e do lugar de enunciação do próprio *Programma*. Em outras palavras, parece que todo o passado ocorreu em função – ou na perspectiva – deste presente. É como se tudo anteriormente tivesse existido, ou ocorrido, para que este momento presente viesse a ocorrer. Assim, o passado passa a existir em função do próprio presente.

Novamente recorre-se a Orlandi:

Essa é também uma das características do discurso fundador: a sua relação particular com a *filiação*. Cria tradição de sentidos projetando-se para a frente e para trás, trazendo o novo para o efeito do permanente. Instala-se irrevogavelmente. É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga no entanto na memória permanente (sem limite). Produz desse modo o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim (...). O fundador busca a notoriedade e a possibilidade de criar um lugar na história, um lugar particular. Lugar que rompe no fio da história para reorganizar os gestos de interpretação.³⁷

Em termos de filiação, cabe lembrar também, como já

³⁷ Idem., p.14-16.

o fizeram outros autores³⁸, a relação que o IHGB – em suas origens – estabelece com a produção histórica anterior. Neste sentido, se o *Programma* busca vincular-se às idéias de Ilustração, corporificadas nas academias setecentistas, convém recordar que o próprio Instituto estabeleceu um panteão de heróis e *figuras notórias*, motivando o estabelecimento de de um cânone dos notórios e *illustres* da Pátria.

O professor Pedro Moacyr de Campos, por exemplo, chama-nos a atenção para o apego do IHGB em torno da figura de Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), autor de “História da América Portuguesa” (1730). Este apego, segundo Campos, teria ocorrido em função do suposto nativismo do autor baiano.

Ainda que Rocha Pita faça uma história em “estilo hiperbólico”, característico do Barroco literário brasileiro³⁹, e, portanto, muito distante do pretense historicismo oitocentista que parece reger as intenções historiográficas do IHGB, este mesmo Instituto parece encontrar no autor de História da América Portuguesa, um elemento de inspiração – ao qual vai “filiar-se”, estabelecendo uma memória política”. Rocha Pita, entusiasta das coisas do Brasil, é apresentado por seu suposto viés de exaltado nativismo e incorporado ao panteão do Instituto, interessando à medida que permite “pensar” uma história nacional destituída de traumas ou rupturas. Assim, parte-se do louvor à própria natureza brasileira, natureza que enseja o sentimento nativista, bem como o seu próprio culto.

É Pedro Moacyr quem diz:

[O] ilustrativo discurso de seu primeiro secretário-perpétuo, Januário da Cunha Barbosa, desmancha-se em alusões à “tão feliz quanto prodigiosa descoberta” do Brasil, terra admirável pelas “riquezas de suas minas e matas, pelos

³⁸ CAMPOS, Pedro M. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In. GLÊNISON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. 5.ed. São Paulo: Difel, 1986. p. 250. ; IGLÊSIAS. op. cit., p. 60-65.

³⁹ MÓISES, M. ; PAES, José Paulo. *Pequeno dicionário de literatura brasileira*. 3.ed. São Paulo: Cultrix, 1987. p.327. (O verbete PITA, Sebastião da Rocha é de autoria do prof. Jamil Almansur Haddad).

produtos de seus campos e serras, pela grandeza de seus rios e baías, variedade e pompa de seus vegetais, abundância e preciosidade de seus frutos, pasmosa novidade de seus animais e finalmente, pela constante benignidade de um clima, que faz fecundos os engenhos de nossos patricios como o solo abençoado que o habitam (...), acharemos sempre um tesouro inesgotável de honrosa recordação e de interessantes idéias, que se deve manifestar ao mundo em sua verdadeira luz (...). No período de pouco mais de três séculos, não terão aparecido, neste fértil continente, varões preclaros por diferentes qualidades, que mereçam cuidados do circunspecto historiador e que se possam oferecer às nascentes gerações como tipos das grandes virtudes? E deixaremos sempre ao gênio empreendedor dos estrangeiros o escrever nossa história, sem aquele acerto que melhor pode conseguir um escritor nacional?...A nossa história abunda de modelos de virtudes, mas um grande número de feitos gloriosos morrem ou dormem na obscuridade, sem proveito das gerações subsequentes. O Brasil, posto que, em circunstâncias não semelhantes as da França, pode contudo apresentar pela história, ao estudo e emulação de seus filhos, uma longa série de varões distintos por seu saber e brilhantes qualidades. Só tem faltado quem os apresentasse em bem ordenada galeria, colocando-os segundo os tempos e lugares para que sejam percebidos pelos que anelam seguir seus passos nos caminhos da honra e da glória nacional...” A referência expressa, que em seguida se faz ao nome de Rocha Pita, não nos permite qualquer dúvida acerca do principal modelo em que se abeberava o orador. Ajustava-se o autor da *História da América Portuguesa* às tendências nativistas, pondo-se de parte, assim, sua posição anti-separatista, incondicional partidário que era da ligação da colônia a Portugal.⁴⁰

Chama-nos atenção a consonância entre este documento de Cunha Barbosa, apresentado por Pedro Moacyr de Campos, e o *Programma Historico*, de José Feliciano Fernandes Pinheiro. O presidente do IHGB parece dialogar com o secretário perpétuo da instituição. A filiação às academias setecentistas – e às idéias iluministas apresentadas por Fernandes Pinheiro, é a resposta à

⁴⁰ CAMPOS, op. cit., p.255-256.

questão de Cunha Barbosa (“no período de mais de três séculos, não terão aparecido, neste fértil continente, varões preclaros por diferentes qualidades, que mereçam cuidados do circumspecto historiador?”): rememorar as “ideias de Ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em o nosso continente” responde ao questionamento. Ambos, ainda, secretário e presidente do Instituto, “marcam” o lugar do IHGB na tarefa da escrita e produção da história do Brasil: sendo o IHGB “o representante das idéas de Ilustração”, cabe a ele – e aos “cuidados de seus circumspecto(s) historiador(es)” – apresentar “em bem ordenada galeria (...)segundo os tempos e lugares, os “modelos de virtudes” e a “série de varões distintos por seu saber e brilhantes qualidades.”

Retomando especificamente o *Programma Historico*, é curioso perceber com Fernandes Pinheiro busca se respaldar – na abertura de seu texto – numa *visão objetiva*, e portanto, *cientificista*, estimulado por um (quase) determinismo geográfico. O autor cita M. Cousin, “philosopho dos mais celebres entre os modernos” :

Daí-me a carta de um paiz, sua configuração, seu clima, suas aguas, seus ventos, e toda sua geographia physica; informai-me de suas produções naturaes, de sua Flora, de sua zoologia, etc.; e eu me comprometto a dizer-vos *à priori* qual serão o homem deste paiz, e que logar gozará na historia, não accidentalmente, mas necessariamente; não em tal época, mas em todas; emfim a idéa que este paiz é chamado a representar.

Ainda que obviamente a perspectiva de Cousin, respaldada em objetividade, que parece antever uma espécie de determinismo geográfico, ofereça-nos, subliminarmente, uma Filosofia da História, é interessante o uso que o presidente do IHGB faz do autor francês. Apropriando-se do *philosopho*, Fernandes Pinheiro é impelido, “a um flagrante desrespeito pela geografia, dando a impressão de esboçar um quadro imaginário, acentuando-se a falta de contato com o plano concreto”, segundo as palavras de Pedro Moacyr de Campos.⁴¹

Parafraseando o autor do “Esboço da Historiografia Brasileira”, podemos dizer que Fernandes Pinheiro produz

⁴¹ idem., p.256.

uma geografia imaginária, executando um exercício de retórica e nefelibatismo, tão comuns à prosa setecentista. Vejamos o *Programma*:

O Brazil debaixo de um céu benigno e ameno; empolada a terra de cordilheiras de montes de conformação variada, ora coroada de picos acapellados de mattas cerradas, jorrando de seu seio estrondosas cascatas; contrasta este terrível magestoso com a macia verdura dos valles cultivados. Mesmo em nossas provincias de planicies, os campos dobrados representam as ondas do oceano de repente paradas: aqui tudo ri ou assusta; tanta variedade de vistas e sensações desperta e interrompe tediosa monotonia.

Ainda que o autor do *Programma Historico* tente respaldar seus devaneios a partir do *Cours de Philosophie* (1828), de Cousin, é em Rocha Pita, ao que parece, que o autor busca inspiração, como nos faz supor o trecho abaixo de “História da América Portuguesa”:

Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madrugada mais bela a aurora; o sol em nenhum outro hemisfério tem os raios tão dourados, nem os reflexos noturnos tão brilhantes; as estrelas são as mais benignas, e se mostram sempre alegres; os horizontes, ou nasça o sol, ou se sepulte, estão sempre claros; as águas, ou se tomem as fontes pelos campos, ou dentro das povoações nos aquedutos, são as mais puras: é enfim o Brasil terreal paraíso descoberto, onde têm nascimento e curso os maiores rios; domina salutar clima; influem benignos astros, e respiram auras suavíssimas (...) ⁴²

Dessa maneira, novamente a voz de Rocha Pita reaparece nos discursos do IHGB e serve como um suporte através do qual se legitima a fala institucional. A partir do exultante Rocha Pita, reafirmando a possibilidade de se estabelecer um vínculo com o passado da nação, sem cortes drásticos, busca-se apontar para o *lugar* que a jovem nação deve ocupar, agora, diante dos demais estados; lugar este,

⁴² PITA, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 19.

visto como desde sempre inscrito no “movimento da história”.

Diz Rocha Pita:

Do novo mundo, tantos séculos escondidos e de tantos sábios caluniado, onde não chegaram Hanon com as suas navegações, Hércules líbico com as suas colunas, nem Hércules tebano com as suas empresas, é a melhor porção o Brasil; vastíssima região, felicíssimo terreno em cuja superfície tudo são frutos, em cujo centro são tesouros, em cuja montanhas e costas tudo são aromas; tributando os seus campos o mais útil alimento, as suas minas o mais tino ouro, os seus troncos o mais suave bálsamo, e os seus mares o âmbar mais selecto; admirável país, a todas as luzes rico, onde prodigamente profusa a natureza se desentranha nas férteis produções, que em opulência da monarquia e benefício do mundo apura a arte, brotando as suas canas esprimido néctar(...).

Assim, o Brasil já se configurava, desde sempre, como a melhor porção do Novo Mundo. Voltando-se novamente à geografia imaginosa de Fernandes Pinheiro, lemos:

Colocado o Brazil no ponto geographico o mais vantajoso para o commercio do Universo, com portos bonissimos sobre o oceano, grandes lagos, ou masi antes, mediterraneos; rios navegaveis, ou com proporções de o serem, por centenares de leguas; a agricultura e a industria em emulção, atrahirão a concurso as nações cultas e plidas, que a par dos lucros do commercionos trarão civilisação; (...) tudo emfim pressagia que o Brazil é destinado a ser, não accidentalmente, mas de necessidade, um centro de luzes e de civilização, e o arbitro da politica do Novo Mundo.

Vê-se, aí, o esboço de um possível projeto político do IHGB, voltado para a elaboração de uma história nacional, objetivando atrelar o passado colonial ao presente monárquico sem provocar cisões ou cortes. Como apontamos no tópico dois deste trabalho, a partir desta relação (passado \times presente) elaborava-se o *locus* a ser ocupado – (geo)politicamente – pelo Brasil: “centro de luzes e civilisação, e o arbitro da politica do Novo Mundo”. Eis o inevitável “destino” do país.

Lembremos, novamente, que tal vinculação de tempo, possui raízes numa concepção clássica de história, “uma história, segundo Ricardo Benzaquen de Araújo, “ que antes

de se fundar no tempo, como a moderna, estabelece um “espaço de experiências” onde podem ser reunidos exemplos, histórias excepcionais, extraordinárias, exemplares, em suma, capazes de fornecer orientação e sabedoria a todos os que dele venham a se aproximar.”⁴³

No texto de Fernandes Pinheiro, conjuntamente ao recurso a esta *concepção clássica de história*, vemos, curiosamente, a indicação a uma leitura especulativa: “Embalde: o espírito humano estava em marcha, sua perfectibilidade é indefinida, não tem outro termo mais que a duração do globo; e si alguma vez, segundo o pensamento sublime de Goëthe, parece recuar, é para mais avançar em espiritual.”

Tal visão otimista parece amparada nas colocações de “Décimo Período: Dos Futuros Progressos do Espírito Humano”, do “Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano”, de Condorcet, publicado em 1793.

Ainda que o autor não seja textualmente citado, a expectativa da perfectibilidade e avanço irrefreável da “espécie humana”, nos remetem e supõe a sua leitura. Então, se temos presente o convívio de traços de diferentes concepções de história – *clássica e moderna* -, no discurso de Fernandes Pinheiro, temos também, laivos de reconhecida Filosofia da História:⁴⁴

nos encontramos na experiência do passado, na observação dos progressos que as ciências, que a civilização fizeram até aqui, na análise da marcha do espírito humano e do desenvolvimento de suas faculdades, os motivos os mais fortes de acreditar que a natureza humana não pôs nenhum termo às nossas esperanças.⁴⁵

⁴³ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988. p.29.

⁴⁴ Segundo Bourdê e Martin, as Filosofias da História, produto típico do pensamento racionalista do século XVIII, “tem em comum descobrir um sentido para a história.” Daí, portanto, seu caráter especulativo-teleológico. BOURDÊ, G. ; MARTIN, H. op. cit. p. 44. Cf., ainda, BODEI, Remo. *A história tem um sentido?* Bauru: EDUSC, 2001.

⁴⁵ CONDORCET, Jean-Antonio-Nicolas de Caritat. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Campinas: UNICAMP, 1993. p. 178.

Observações finais

São bem conhecidas as observações de Michel de Certeau, em “A Escrita da História”, em relação à “operação historiográfica.”⁴⁶ Para o autor, tal operação envolve a relação entre *um lugar, uma prática e uma escrita*. Assim podemos recorrer a tal observação para entendermos a historiografia produzida pelo IHGB e o *Programma* da sua primeira geração. É certo que a instauração de tal historiografia permite que falemos na constituição de um lugar específico/autônomo para a produção de uma “fala” da história do Brasil, bem como esta “fala” está submetida – passa a ser submetida – a procedimentos disciplinares, “inventando” uma escrita que lhe é pertinente. Temos, a partir do UHGB a instauração de uma *prática discursiva*, agora específica da historiografia brasileira e, conseqüentemente, o estabelecimento de uma *formação discursiva* e de uma *comunidade discursiva*.

Lendo o *Programma Historico*, de José Feliciano Fernandes Pinheiro, percebemos a necessidade de se “historiar/historicizar” os próprios discursos da história, discursos estes que, vale a pena sempre lembrar, são também históricos. No caso específico do IHGB, vemos o estabelecimento de um discurso histórico que se alimenta de diferentes “regimes de historicidade”, apropriando-se de diferentes concepções de história, fazendo convergir, aparentemente, elementos que, a priori, seriam inconciliáveis. Neste sentido, vê-se que é inseparável a instauração deste discurso das suas intenções políticas.

A história produzida pelo IHGB, pautando-se no desejo de produzir uma história para o Brasil, “inventa” um passado para esta história, conciliando – assim como parece fazer com os elementos que compõem o seu discurso – elementos aparentemente incompatíveis: fazia-se necessário justificar a permanência e legitimidade de uma monarquia num palco

⁴⁶ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982. p. 65-119.

onde abundavam diferentes repúblicas; fazia-se necessário conciliar um passado escravista com a crença num tempo de civilização e, por fim, e entre outros, fazia-se necessário conciliar o estado de ex-colônia ao porvir da emancipação e do progresso. Era necessário estabelecer a própria identidade para a nação, dotando de “sentido” a própria história desta nação. Assim, o IHGB fundiu diferentes elementos e estabeleceu uma história para o Brasil, estabelecendo-se como um marco para esta mesma história. Uma história que não questionava o passado mas, acima de tudo, apontava as possibilidades para o devir.

Entendendo, como dissemos no início deste trabalho, que a história é discurso, e cremos que nada é mais salutar para o conhecimento histórico do que a própria indagação acerca dos meandros de elaboração deste discurso. Não acreditamos que a história possa – ou deva – descuidar-se dos seus próprios discursos. Talvez, aí, resida um dos pontos de convergência de áreas tão próximas ou proximamente tão inerentes, como a Historiografia e a Análise do Discurso.

Referências

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988.
- ARENDETT, Hannah. O conceito de história- antigo e moderno. In. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1988. p.43-68.
- ARRUDA, J.J. ; TENGARRINHA, J.M. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999.
- BODEI, Remo. *A história tem um sentido?* Bauru: EDUSC, 2001.
- BOURDÉ, Guy ; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Mem Martins, Portugal: Europa-América, 1990.
- CAMPOS, Pedro M. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In. GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. 5.ed. São Paulo: Difel, 1986. P.250-293.
- CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1992.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982. p. 65-119.
- CONDORCET, Jean-Antonio-Nicolas de Caritat. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Campinas: UNICAMP, 1993.
- DOSSE, François. *História e ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2004.
- FALCON, F.J.C. “Historicismo”: a atualidade de uma questão aparentemente inatual. *Tempo*, Rio de Janeiro, v.4, 1997. p.5-26.
- FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica*. vol.1. Ouro Preto: UFOP, 1992.

- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 7.ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RHGB*, v.156, n.380,jul./set.1995. p.459-613.
- GUIMARÃES, M. L. S. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In. PESAVENTO, Sandra J. (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p.9-24.
- GUIMARÃES, M.L.S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1,1988. p.5-27.
- HARTOG, François. *Regime de historicidade*. (Texto disponível em <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>);
- IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- HOBSBAWM, E. J. O que os historiadores devem a Karl Marx? In. *Sobre história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p.155-170.
- IGLÉSIAS, Francisco. Um conceito equívoco: a História Universal. In. *História e ideologia* 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1981. p. 17-61.
- IHGB. *Programma histórico*. *RHGB*. Tomo I, n.2, 2.º trimestre de 1839.
- KEITH, Jenkins *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós, 1993.
- LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In. *História e memória*. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1992. P. 535-553.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3.ed. Campinas: Pontes/ UNICAMP, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- MÓISES, M. ; PAES, José Paulo. *Pequeno dicionário de literatura brasileira*. 3.ed. São Paulo: Cultrix, 1987.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- ORLANDI, Eni P. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 2.ed. Campinas: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3.ed. Campinas: Pontes, 2002.
- PITA, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- REIS, José Carlos. *A história entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1996.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*; introdução metodológica. 5.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.
- WEHLING, Arno. O historicismo e as origens do Instituto Histórico. In. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho/ Universidade Federal Fluminense, 1994. p. 151-168.

**A Historiografia como Discurso Fundador:
reflexões em torno de um Programma Histórico**

Erivan Cassiano Karvat

Resumo: Este artigo busca “ler” um documento singular: O *Programma Histórico*, de José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, publicado em 1839. Representante de uma idéia de história que se consolidava no país, o documento – visto como parte de um *discurso fundador* acerca da própria historiografia nacional, permite que pensemos os possíveis diálogos entre a História e Análise do Discurso, bem como reflitamos acerca da própria construção do discurso historiográfico.

Palavras-Chave: Historiografia brasileira; análise do discurso; teoria da história; discurso fundador.

Abstract: This article tries to “read” a singular document: the *Programma Histórico* by José Feliciano Fernandes Pinheiro, Viscount of São Leopoldo, published in 1839. Representative of an idea of history which was becoming consolidated in Brazil, the document - seen as part of a founding discourse on national historiography, allows us to think about the possible dialogues between history and discourse analysis, as well as to reflect on the construction on historiographical discourse itself.

Key words: Brazilian historiography, discourse analysis, history theory, founding discourse.

Artigo recebido para publicação em 26/12/2005.

Artigo aprovado para publicação em 05/05/2006.